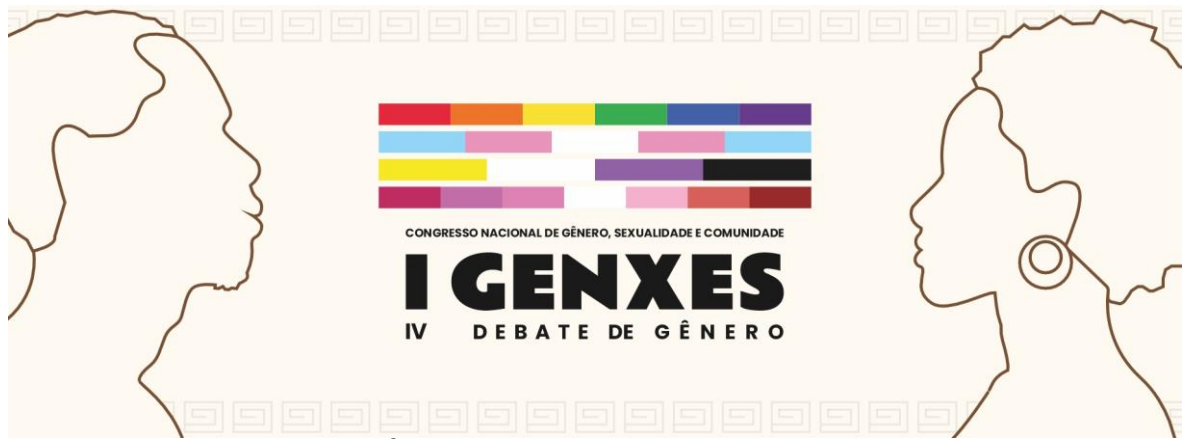




SUBVERTENDO O SILÊNCIO: A ESCUTA PSICANALÍTICA FRENTE AOS EFEITOS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA O FEMININO NA MULHER

Eixo 10: Interseccionalidades de Gênero e Sexualidade nas Políticas Públicas

Cimara Bandeira de Sousa Caldas¹

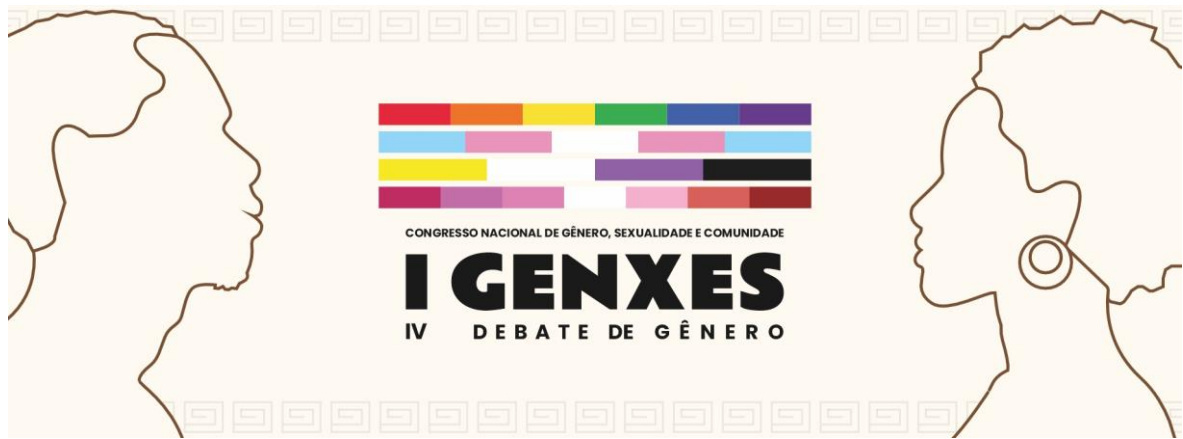
RESUMO: Ancorado na ética psicanalítica, este estudo investiga a violência contra o feminino na mulher por meio da escuta clínica de mulheres encaminhadas pelo Núcleo Especializado na Defesa da Mulher (NUDEM) de Fortaleza. Desenvolvido pelo Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade (LAEpCUS/UNIFOR) em parceria com a Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCe), o estudo enfatiza a necessidade de intervenções que abordem o sofrimento de mulheres vítimas de violência doméstica. A pesquisa problematiza os discursos e processos de subjetivação que reiteram a violência de gênero, compreendendo-a como um fenômeno estrutural que atravessa relações individuais, familiares e sociais. A intervenção, conduzida na modalidade de urgência subjetiva e voltada para sujeitos em estado de angústia iminente, transcende o acolhimento inicial, buscando identificar os núcleos centrais do sofrimento. Seu propósito é possibilitar que essas mulheres, a seu modo, reorganizem seu tecido subjetivo, restaurando, ainda que parcialmente, a capacidade de enfrentar a dor psíquica resultante da violência. Dessa forma, a investigação analisa como a violência se perpetua nas subjetividades femininas, explorando as interações entre dimensões culturais, políticas e interseccionais que sustentam a misoginia e a exclusão do feminino. A metodologia envolve a escuta clínica e a análise psicanalítica dos relatos, articulando os registros jurídico, cultural, político e de gênero sob uma abordagem borromeaniana. Os resultados evidenciam a psicanálise como um campo essencial para a escuta ética e a produção de conhecimento sobre os efeitos psíquicos e sociais da violência, contribuindo para o debate acadêmico e a articulação com políticas públicas.

Palavras-chave: violência contra a mulher; feminino; psicanálise; urgência subjetiva; interseccionalidade

INTRODUÇÃO

A violência de gênero, enquanto expressão de um ordenamento social patriarcal, direciona-se às mulheres ultrapassando o campo do visível e alcançando a dimensão do inconsciente. Na psicanálise, o sujeito não se encerra em demarcações identitárias estanques, como gênero, idade ou classe social; contudo, a não-redução a tais categorias não implica sua negligência, mas antes a consideração de seus efeitos na trama subjetiva (IACONELLI, 2024). Falamos do feminino na mulher porque os conceitos de "masculino" e "feminino" não se limitam a uma correspondência biológica ou social entre homens e mulheres, mas dizem respeito a posições discursivas e desejantes que atravessam a constituição subjetiva.

¹ Professora Temporária na Universidade Regional do Cariri (URCA); Psicanalista; Doutoranda em Psicologia (UNIFOR); Membro do Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividades (LAEpCUS/UNIFOR). E-mail: cimara.bandeira@urca.br



Freud (1933/2010) inaugura essa reflexão ao apontar que a diferença entre os sexos não se sustenta apenas em um dado anatômico, mas se estrutura simbolicamente. Lacan (1962/2005), por sua vez, radicaliza essa formulação ao inscrever o feminino no campo do não-todo fálico, ou seja, em uma lógica que escapa à regulação do significante fálico e se abre para uma relação distinta com a falta e o gozo.

Nesse sentido, "homem" e "mulher" são categorias que não encerram a totalidade das experiências subjetivas, mas funcionam como efeitos de inscrição na linguagem e na cultura. A psicanálise compreende que há sujeitos que se inscrevem na posição masculina ou feminina independentemente do corpo biológico que ocupam, rompendo com uma visão determinista de sexo ou gênero.

Isso significa que o feminino na mulher não é um atributo essencial ou uma identidade fixa, mas uma posição que pode ser assumida por qualquer sujeito, independentemente do sexo. No entanto, a cultura patriarcal impõe uma associação compulsória entre mulher e feminino, conferindo à feminilidade um estatuto de alteridade e vulnerabilidade, muitas vezes transformado em objeto de dominação e violência. É precisamente essa naturalização do feminino como sinônimo de submissão que a psicanálise busca interrogar ao escutar os ecos dessa imposição na subjetividade e no sofrimento vivenciado em mulheres.

A naturalização da desigualdade de gênero, aliada a uma cultura misógina e à perpetuação de discursos que subjugam o feminino, sustenta esse cenário de opressão. O conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Crenshaw (1989), permite analisar como as múltiplas formas de opressão, como raça, classe e gênero, se entrelaçam na experiência de mulheres vítimas de violência.

Nesse sentido, o referencial teórico de Achille Mbembe (2003) sobre necropolítica enriquece a reflexão sobre os dispositivos de poder que regulam a vida e a morte dessas mulheres, contextualizando a violência de gênero no Brasil como um problema estrutural, marcado por políticas de exclusão e cominação. No Brasil, os alarmantes índices de feminicídio e violência de gênero refletem a gravidade da questão, impactando de forma acentuada as populações socialmente vulneráveis, onde fatores socioeconômicos, raciais e culturais se entrelaçam, agravando ainda mais a situação no caso das mulheres.

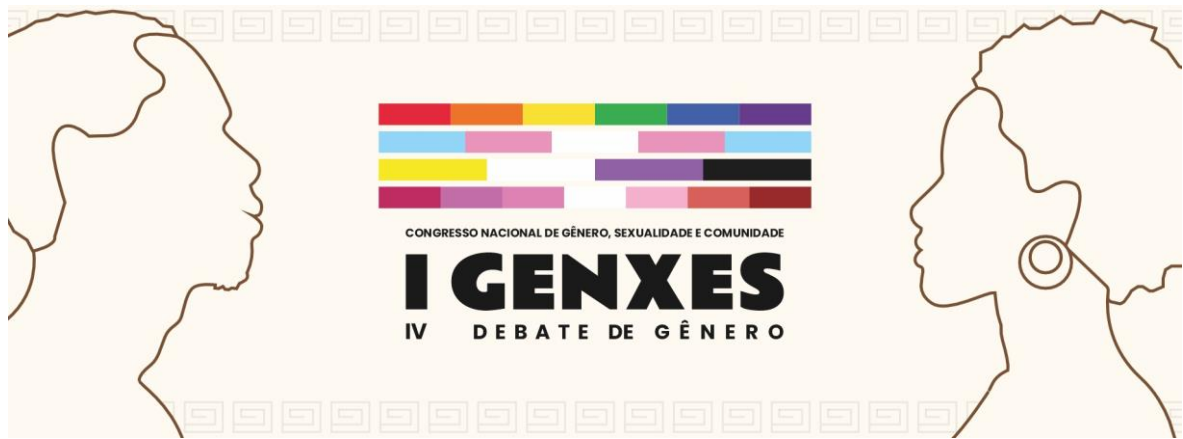


Diante desse torvo panorama, a pesquisa "Violência de gênero contra a mulher: uma proposta de escuta e intervenção com as mulheres e com os filhos", desenvolvida pelo Laboratório de Estudos sobre Psicanálise, Cultura e Subjetividade da Universidade de Fortaleza (LAEpCUS/UNIFOR), em parceria com o Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM/Fortaleza) da Defensoria Pública do Ceará, propõe uma abordagem crítica. Se a violência contra a mulher não é um acontecimento isolado, mas um processo inscrito na história e na cultura, é necessário escutar além do visível, atentando-se ao que, no feminino dessas mulheres, permanece como resíduo: aquilo que resiste ao silenciamento e insistentemente se expressa, mesmo no indizível da violência.

Essa abordagem proporciona às mulheres um espaço para nomear sua dor e, dentro dos limites possíveis, reconstruir sua posição subjetiva diante do outro e do mundo. Nessa perspectiva, vislumbra-se que a escuta, ao sustentar uma pesquisa-intervenção voltada para a urgência subjetiva de mulheres marcadas pela violência, possa adentrar um campo de afetos e de um sofrimento que, por vezes, escapa à nomeação.

Neste sentido, este estudo tem como primeiro objetivo ético-clínico o atendimento a mulheres vítimas de violência, por meio da escuta psicanalítica em urgência subjetiva. A partir dessa experiência, busca-se investigar a violência de gênero em Fortaleza-CE, explorando seus efeitos na subjetividade dessas mulheres. Na pesquisa, consolidamos uma colaboração com a Defensoria Pública do Estado do Ceará (DPCe) e o Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NUDEM), instalados na Casa da Mulher Brasileira desde agosto de 2020, onde já se encontram em funcionamento dispositivos de atendimento a mulheres em situação de vulnerabilidade.

A proposta que ora se desenha dá continuidade a essa interlocução, oferecendo um serviço de escuta e intervenção em urgência subjetiva, realizado no formato on-line por uma equipe de psicólogos e psicanalistas, supervisionados pelos coordenadores da pesquisa. A crescente demanda por atendimento, inclusive às crianças dessas mulheres, evidencia a necessidade de manter e expandir esse trabalho, garantindo não apenas a assistência pontual, mas a inscrição da psicanálise no campo das políticas públicas.



A partir do atendimento psicológico, busca-se compreender de que maneira a experiência da violência se entrelaça à constituição do feminino na cultura e quais são as possibilidades de intervenção que favoreçam a ressignificação do sofrimento. Além disso, a pesquisa pretende articular os dispositivos de assistência social e jurídica a uma perspectiva psicanalítica, contribuindo para a formulação de estratégias que, para além da contenção imediata da violência, possam operar como vias de subjetivação e reconstrução do desejo.

Assim, essa pesquisa não apenas amplia o alcance da escuta clínica, mas também institui um campo de pesquisa duradouro, no qual o diálogo entre os saberes jurídico, assistencial e psicanalítico possa produzir reflexões que ultrapassem a conjuntura imediata e inaugurem novas possibilidades de compreensão e enfrentamento da violência de gênero.

METODOLOGIA

A pesquisa articulou duas vertentes metodológicas complementares: de um lado, a construção de estratégias para viabilizar a intervenção em urgência subjetiva; de outro, a investigação dos fundamentos da violência de gênero, explorando suas narrativas, discursos e impactos na constituição da subjetividade.

No que concerne aos aspectos éticos, esta pesquisa seguiu rigorosamente as diretrizes estabelecidas pelas Resoluções nº 466/2012 e nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), bem como as normativas da Comissão de Ética da Universidade de Fortaleza (COÉTICA/UNIFOR).

Todas as participantes forneceram seu Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo sua anuência informada quanto aos objetivos, procedimentos e possíveis implicações do estudo. Ademais, a confidencialidade dos dados foi assegurada em todas as etapas da pesquisa, com a devida proteção das identidades e relatos das participantes, resguardando sua privacidade e integridade psíquica no processo de escuta e análise psicanalítica.

Os atendimentos psicológicos em urgência subjetiva foram conduzidos por meio de ligações telefônicas em plataformas digitais criptografadas, como o WhatsApp, com o propósito de acolher demandas provenientes dos serviços assistenciais e jurídicos da instituição parceira, particularmente aquelas encaminhadas pelo Núcleo de Enfrentamento à Violência contra a Mulher (NUDEM). A partir do encaminhamento realizado pela instituição parceira, as mulheres atendidas foram direcionadas para os atendimentos psicológicos, cabendo à equipe de intervenção a articulação do suporte necessário.



A urgência subjetiva, como estratégia clínica, opera como um dispositivo de escuta voltado a sujeitos em situações-limite, nas quais o sofrimento psíquico se manifesta de forma emergencial, muitas vezes comprometendo a capacidade simbólica. Tratou-se, portanto, de instaurar um espaço onde a palavra, antes interdita ou capturada pelo trauma, pudesse circular e se reinscrever na experiência do sujeito, permitindo a construção de sentidos e a estabilização psíquica diante da crise.

Como destacam Calazans e Bastos (2008), situações de urgência demandam intervenções que ultrapassem a dimensão individual, pois o acontecimento traumático não afeta apenas quem o vivencia, mas reverbera no laço social e institucional. No que concerne à estruturação da intervenção, foram propostos atendimentos iniciais de até cinquenta minutos, com possibilidade de extensão para até seis encontros, dependendo do grau de vulnerabilidade identificado.

Além da dimensão interventiva, a pesquisa se debruçou sobre a escuta clínica das narrativas e discursos das mulheres em situação de violência, buscando compreender os processos de subjetivação dessas experiências. Interessou-nos não apenas analisar os aspectos estruturais da violência de gênero, mas também capturar os efeitos dessa vivência na constituição psíquica, identificando os mecanismos que favoreceram sua perpetuação e as possibilidades de ruptura com esse ciclo repetitivo.

A violência, ao se inscrever na subjetividade, produz marcas que não se restringem ao acontecimento isolado, mas reverberam na trama psíquica e nos modos de relação com o outro e com o próprio desejo. Ao lançar luz sobre esses aspectos, esta investigação visou não apenas aprofundar a compreensão sobre a violência de gênero, mas também oferecer subsídios para estratégias de intervenção que favorecessem deslocamentos subjetivos e a construção de novos modos de existir.

Na tentativa de apreender os fundamentos que sustentam a perpetuação da violência contra as mulheres, voltamo-nos para certas estruturas subjacentes que, operando silenciosamente no tecido social, moldam práticas e discursos. Não se trata apenas de eventos isolados, mas de um encadeamento de significações que inscrevem essa violência na cultura e na subjetividade.

Destacam-se entre esses pilares a tradição patriarcal, que impõe um modelo de conduta no qual a mulher é submetida a regras arcaicas; a dominação masculina, que organiza as relações de poder a partir de uma hierarquia onde o feminino ocupa um lugar secundário; e a cultura da inferioridade feminina, sustentada por julgamentos prévios que operam como dispositivos de exclusão, reduzindo a mulher a uma condição de subalternidade e tutela. Soma-se a isso a identificação inconsciente de muitas mulheres com esse lugar de submissão e passividade, perpetuando destinos trágicos.



Quando esse lugar é recusado, o confronto com a ordem estabelecida resulta, muitas vezes, na intensificação da violência. Agravam esse cenário a conivência das autoridades e do Estado, que, de forma explícita ou velada, tornam a violência estruturalmente permitida e, por vezes, legitimada, e o ódio ao feminino, expresso tanto em agressões diretas quanto em discursos que vinculam a honra masculina ao controle sobre o corpo e a subjetividade da mulher. Além disso, narrativas culturais reforçam a subordinação feminina ao modelar os laços entre masculino e feminino.

Considerando essas interseções, organizamos a análise dos relatos das mulheres atendidas em eixos discursivos, dos quais derivamos as categorias analíticas. Essas categorias serviram tanto como guias para a escuta clínica quanto como ferramentas metodológicas para interpretar os dados e construir as conclusões. Buscamos captar não apenas o que é dito, mas o que emerge nas entrelinhas do discurso, na hesitação da fala e na recorrência de certos elementos que revelam a estrutura subjacente que escapa ao sujeito, mas o determina.

A CONJUNTURA CEARENSE DA VIOLÊNCIA CONTRA O FEMININO NA MULHER

No contexto do Ceará, os dados sobre a violência contra a mulher são inquietantes. Em 2024, o estado registrou 21.273 casos de violência contra mulheres, conforme tipificado pela "Lei Maria da Penha", conforme o Painel de Monitoramento da Assembleia Legislativa do Ceará e sistematizado pelo Observatório da Mulher Cearense. Esses números não apenas expõem o escancaramento das agressões, mas também revelam a persistência de uma lógica estrutural que atravessa a subjetividade feminina, deixando marcas em corpos e histórias como resquícios de um tempo repetitivo de misoginia e opressão. A materialidade desses dados, no entanto, não se distribui de maneira uniforme.

O recorte racial revela que 9,2% das vítimas se identificam como brancas, 30,0% como pardas, 2,2% como pretas e 0,1% como indígenas, destacando como a opressão racial se entrelaça à violência de gênero, hierarquizando corpos e tornando invisíveis muitos outros, perpetuando silenciamentos e apagamentos que se estendem por gerações. Em termos de faixa etária, a violência atinge principalmente mulheres jovens, com 25,3% das vítimas entre 20 e 29



anos e 29,5% entre 30 e 39 anos. Esses dados indicam um período sensível de vulnerabilidade, em especial quando muitas dessas mulheres, inseridas nos moldes normativos da cultura, iniciam relações afetivas formais ou informais, frequentemente transformadas em espaços de aprisionamento e violência.

Ao tomar como ponto de partida, mas também transcender os dados estatísticos sobre a violência contra a mulher no Ceará, a psicanálise desvela as tramas inconscientes e culturais que perpetuam a exclusão e a misoginia, evidenciando como o desejo feminino é silenciado e subordinado por um imaginário patriarcal. A violência doméstica, nesse contexto, não se reduz a um ato isolado, mas expressa uma lógica social que sustenta a desigualdade e a sujeição dessas mulheres.

Enraizada no patriarcado, a violência contra a mulher normaliza a dominação masculina e inscreve formas de sujeição no psiquismo feminino. Para além da agressão concreta, sua compreensão exige a leitura das formações inconscientes que sustentam o sofrimento. A escuta ética e singularizada possibilita a elaboração dessas marcas, permitindo a ressignificação da experiência traumática e um novo posicionamento subjetivo.

A ESCUTA PSICANALÍTICA EM URGÊNCIA SUBJETIVA E A SUBJETIVAÇÃO DA VOLÊNCIA

Diante do alarmante panorama da violência contra a mulher, a urgência subjetiva manifesta-se como um dispositivo fundamental no acolhimento dessas mulheres, principalmente nos momentos iniciais de angústia que seguem à denúncia das agressões. Trata-se de uma abordagem que viabiliza o acolhimento de indivíduos em intenso sofrimento psíquico, instaurando um espaço de escuta e amparo nos momentos de maior vulnerabilidade.

A proposta vai além do simples ato de “acolher”; trata-se de instaurar um espaço no qual a subjetividade do sujeito possa ser reconfigurada. Mais do que atenuar o sofrimento imediato, busca-se possibilitar que, ao falar, a mulher não se veja reduzida ou anulada diante da situação de emergência, mas encontre uma via para expressar-se e reinscrever suas



experiências, permitindo que a palavra, por meio da livre associação, desloque o indizível e inaugure novas possibilidades de significação (CALAZANS; BASTOS, 2008).

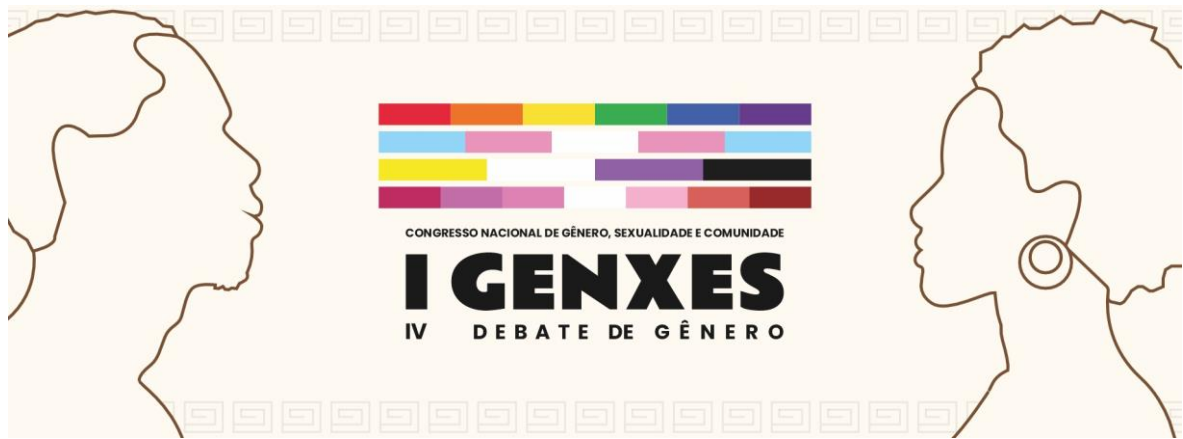
É importante destacar que, no contexto da urgência subjetiva, o psicanalista é chamado a engajar o sujeito em um processo que vai além da simples escuta, um processo que possibilite a revelação de enigmas subjetivos e a ressignificação da posição de vítima da violência (AZEVEDO, 2018). A urgência subjetiva implica um retorno ao “dizer”, pois, onde há linguagem, seus efeitos transcendem a mera explicitação do conteúdo consciente. A palavra, frequentemente, não é apenas uma resposta, mas um movimento subjetivo que permite ao sujeito dar forma àquilo que antes não era nomeado, ao mesmo tempo em que revela as camadas mais profundas da violência internalizada.

No transcurso dos atendimentos, tornou-se possível apreender que a palavra, em sua tessitura simbólica, pode ferir com uma virulência mais lancinante e perene do que a própria violência física, inscrevendo-se nas mulheres como marca indelével que ressoa para além do instante da agressão.

A frase proferida por uma das assistidas — formalmente nomeadas no discurso jurídico em virtude dos encaminhamentos do NUDEM, mas, no âmbito psicanalítico, reconhecidas como sujeitos, em toda sua singularidade e complexidade — reflete a dimensão dessa violência simbólica. O sofrimento psíquico que é infligido pelas palavras, muitas vezes revela-se mais insuportável do que os próprios danos físicos: “Às vezes, a palavra é muito pior que tapa” (Pétala, 48 anos).

A urgência subjetiva, portanto, atua como um espaço de quebra dessa dinâmica, permitindo que as mulheres possam externalizar, através da fala, aquilo que parecia insuportável ou irreconhecível em sua experiência. Ao ouvirem-se, um movimento de desconstrução da posição de suplência e subordinação frente à violência pode emergir, facilitando a possibilidade de reorganizar a própria subjetividade e de reconstituir a narrativa pessoal frente à experiência violenta.

Nesse contexto, a urgência subjetiva vai além de uma simples intervenção em momentos de crise; ela busca desencadear um movimento de escuta e transformação. Ao dar voz ao que foi silenciado e permitir que o sujeito se escute, a psicanálise, nesse campo, propicia



a possibilidade de um desarranjo da posição passiva, abrindo espaço para a reestruturação da subjetividade. Dessa forma, a vítima da violência, antes encolhida e silenciada, pode tecer meios de se encontrar e amparar-se subjetivamente.

DO CORPO COLONIZADO AO SUJEITO SILENCIADO: SUBJETIVAÇÃO FEMININA E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

A intricada tessitura do processo colonial engendrou a imposição institucional das categorias de gênero. Sob a égide da colonização, observa-se não apenas a subjugação territorial e econômica, mas também a conformação subjetiva dos indivíduos, em que a distinção entre os sexos, longe de ser um dado ontológico, revela-se uma construção histórica, erigida no bojo das relações de violência e poder.

Oyèrónké Oyěwùmí (2021, p. 313) observa que “as histórias do colonizado e do colonizador foram escritas do ponto de vista masculino – as mulheres são periféricas, quando aparecem. (...) a colonização afetou homens e mulheres de maneiras semelhantes e diferentes.” Além disso, a autora enfatiza que “as manifestações de opressão estão enraizadas nas relações hierárquicas de raça/gênero da situação colonial” (OYẸWÙMÍ, 2021, p. 315).

Segundo a autora, o processo pelo qual aquelas designadas biologicamente como fêmeas foram classificadas e confinadas à identidade de "mulheres" resultou em sua exclusão dos espaços de liderança. Essa marginalização foi justificada pela sua constituição biológica, e a emergência da mulher como uma categoria fixa — definida pela anatomia e subordinada aos homens em todas as esferas — derivou, em grande parte, da instauração de um Estado colonial patriarcal. Para essas fêmeas, a colonização implicou uma dupla condição de subalternização: racial e de gênero. A constituição da categoria "mulheres" esteve entre as primeiras formas de ordenação impostas pelo Estado colonial.

A construção das categorias de gênero e a marginalização das mulheres na narrativa colonial oferecem uma base para compreendermos como as relações de poder, estruturadas pelo colonialismo, continuam a perpetuar a violência de gênero contra o feminino na mulher. Essa estrutura de poder não apenas legitima a violência simbólica e física contra as mulheres, mas



também a sustenta, ao fundamentar a inferioridade feminina em sua biologia e sua posição subordinada.

Tomando-se este aporte teórico previamente delineado, em articulação com a análise dos casos atendidos, observou-se que, entre as assistidas, dois casos se destacaram de forma explícita e contundente, revelando a estrutura de poder que sustenta e perpetua a violência de gênero. Essas mulheres estavam unidas em matrimônio a homens que, no contexto social, figuravam como representantes de autoridade, ocupando posições que, em tese, deveriam estar associadas à manutenção da ordem pública e à segurança social.

No entanto, no âmbito doméstico, essa mesma autoridade se transfigurava em atos de violência, expondo de maneira irrefutável a perpetuação de um sistema de dominação e subordinação, que se mantém de forma insidiosa e silenciosa. Esse fenômeno revela, ainda, a disparidade entre o poder social legitimado publicamente e a violência privada imposta a essas mulheres, que aqui nomearemos Verônica e Lonita. Ambas imersas em uma dinâmica de violência doméstica disfarçada de poder e afeto, suas histórias evidenciam de maneira incisiva a coerção intrínseca à subordinação feminina no interior do espaço conjugal.

Verônica (36 anos) ressoa a voz de uma mulher negra cuja identidade e valor foram reduzidos unicamente à sua relação com o homem, negando-lhe não apenas a autonomia subjetiva, mas também a possibilidade de uma existência autêntica. Sua vida é delineada pela dependência dessa relação: *"Eu era uma pessoa que não merecia estar com ele (...) as pessoas só me consideravam porque era casada com ele"*. Essa frase ecoa não apenas o domínio do masculino sobre seu ser, mas também a internalização dessa subordinação, que a fez sentir-se invisível, existindo apenas na esfera do homem.

No caso de Lonita (33 anos), revelou-se o processo insidioso de manipulação psicológica, no qual a culpa, imposta de forma implacável, se transformou em um fardo internalizado, projetado sobre ela até que se visse como responsável por sua própria opressão: *"Ele consegue me convencer de que a culpa é minha. Ele não é o primeiro que faz isso comigo, talvez seja um trauma. A pessoa com quem casei está se tornando meu inimigo?"*.

O traço de uma repetição traumática se revelou de maneira inequívoca, pois o abuso foi reeditado incessantemente, instaurando um ciclo de *"retração e medo"* (Lonita), cujos ecos



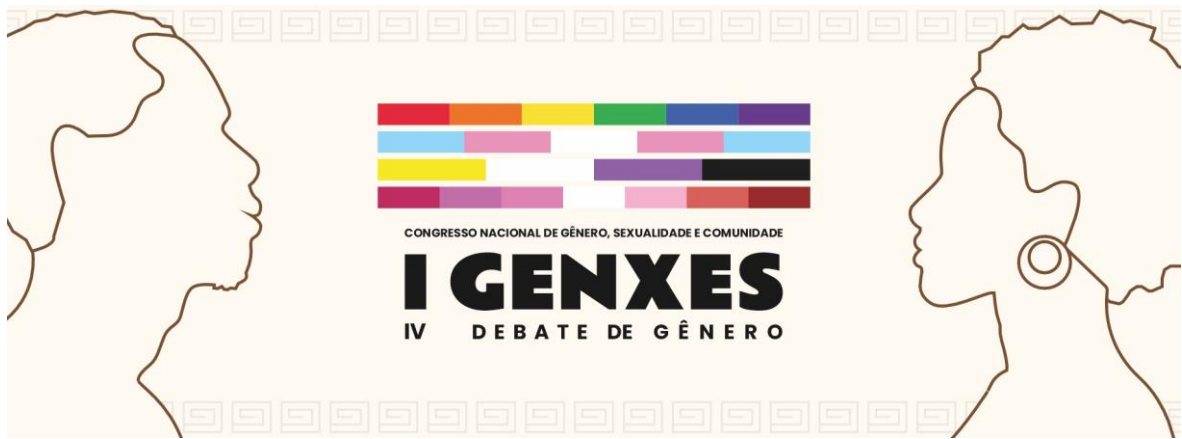
reverberaram na própria subjetividade, aprisionando-a em uma violência que ultrapassava o plano físico. Esse ciclo de opressão e sofrimento refletiu-se igualmente no momento da denúncia, que, para Lonita, se apresentou de maneira ainda mais complexa.

Em um outro estado, no qual residia com o cônjuge, ao buscar auxílio na delegacia, ela foi confrontada com uma resposta insensível das autoridades, que minimizaram sua vivência de violência. A dor da mulher não se limitou a uma experiência corporal, mas também foi deslegitimada e desconsiderada, ampliando a violência já imposta e reforçando a subordinação de sua voz e de sua experiência, perpetuando o trauma de forma sistêmica e invisível. Essa deslegitimação externa, ao desvalorizar sua vivência, refletiu uma extensão da violência, tornando-a não apenas uma ferida corporal, mas também uma ferida subjetiva, uma marca no cerne de sua identidade.

Como destaca Preciado (2021), na epistemologia somática ocidental, o corpo feminino carrega consigo um espaço público, sendo, em sua constituição corporal, o “laboratório” do Estado-nação patriarcal. Essa dinâmica de controle sobre o corpo feminino reflete-se na vivência de muitas mulheres, que, em seus processos de submissão à violência, acabam por reproduzir uma lógica de apaziguamento.

“*Eu tento apaziguar*”, diz Pétala (48 anos), mais uma das assistidas atendidas, evidenciando a internalização de uma necessidade de conformidade que se refletiu nas relações hierárquicas que estruturaram sua vida. Essa postura de apaziguamento evidencia o domínio que não se restringe às esferas privadas, mas se estende também ao âmbito público, configurando uma violência que perpassa tanto o corpo quanto a psique da mulher. Tal dinâmica molda o feminino na lógica da subordinação, instaurando uma aceitação silenciosa e perpetuada dessa condição opressiva.

A violência, quando legitimada como forma de relação política e econômica com o “outro”, ainda permanece como um vestígio de uma herança mítico-teológica, nomeada como violência de gênero. Ela se manifesta de diversas maneiras, sendo exercida por pais e mães, por heterossexuais e homossexuais, por políticos e até pelos próprios filhos, todos imersos em relações soberanas, fundamentadas no sangue e no leite (PRECIADO, 2021).



Essa tessitura de dominação se revela de maneira sutil e insidiosa, circulando silenciosamente entre os distintos domínios do feminino. Ela perpetua uma condição de opressão multifacetada, que atravessa todas as dimensões da vivência do feminino na mulher, consolidando-se como um processo contínuo de subordinação que se infiltra nas diversas esferas de sua experiência.

A narrativa de Camille, mulher negra de 42 anos, casada há 26 com seu agressor, à semelhança da de Pétala, desvela a complexidade intrínseca da violência que atravessa não apenas o corpo, mas a própria construção da subjetividade feminina. Através de sua experiência, revela-se uma dinâmica de subordinação que se tece insidiosamente nas esferas tanto públicas quanto privadas. Camille descreve uma situação de vigilância constante e controle absoluto, onde seu corpo se transforma em uma prisão vigiada, uma manifestação clara da violência psicológica que desmantela e fragmenta sua subjetividade.

A imposição de chamadas de vídeo e o envio de fotos dos locais que frequentava, como se fosse uma prisioneira em seu próprio cotidiano, remete à exploração da mulher no espaço privado, entendido como um território de controle absoluto, onde sua liberdade se vê restrita à manutenção da ordem masculina. A frase de Camille, "*Na história, a louca sou eu, a chata sou eu, a barraqueira sou eu*", exemplifica com contundência a forma como a violência, longe de ser reconhecida, constrói e perpetua uma subjetividade feminina desqualificada, continuamente marginalizada e rotulada, negando-lhe a autonomia e a dignidade de sua própria existência.

A manipulação da percepção dos outros, onde ela é rotulada como "louca" e "barraqueira", remonta a um mecanismo de distorção da realidade imposto pelo parceiro, que se apresenta como vítima e desqualifica a experiência de Camille. Este processo de rotulação e invalidação do feminino, à luz da teoria freudiana, sugere que a repressão da agressividade feminina, ao ser internalizada, pode dar origem a impulsos masoquistas, como uma forma de lidar com a tensão entre o desejo e a culpa. Tais impulsos reforçam a subordinação da mulher, não apenas no plano externo da violência física, mas também como um reflexo de sua própria destrutividade, que, por sua vez, alimenta a posição submissa dentro da dinâmica violenta.

Ao recorrer à teoria freudiana, particularmente ao seu texto "Feminilidade" (1933/2010), é possível compreender como a estrutura social impõe à mulher a supressão de



sua agressividade, um processo que, no final das contas, favorece a internalização de um sofrimento passivo e resignado. O masoquismo feminino, tal como Freud o descreve, não surge de um desejo consciente de prazer, mas como uma resposta compulsiva e inconsciente à repressão dos impulsos agressivos, cujos rastros se infiltram na subjetividade feminina.

Freud, ao analisar o masoquismo, desafiou a ideia de que o princípio do prazer governava a vida, ao perceber que a dor e o desprazer podiam, em certos casos, se tornar objetivos desejados. Ele descobriu que o masoquismo poderia ser visto como uma forma de satisfação, não apenas como um reflexo de desajuste psíquico, mas como um desejo intrínseco. Na década de 1920, Helene Deutsch propôs que a feminilidade se constituía de passividade, narcisismo e masoquismo, sugerindo que a mulher poderia estar predisposta a uma forma de subordinação psíquica (ONS, 2014).

No entanto, nos anos 1960, Lacan desafiou essa visão ao afirmar que o masoquismo era, na verdade, um fantasma masculino. Este fenômeno, longe de se constituir como uma escolha deliberada, é antes uma adaptação às imposições sociais, que ao negar o direito da mulher à sua expressão agressiva, a redirecionam para um sofrimento que se perpetua. Assim, diante da violência e da opressão, como exemplificado por Camille, a mulher tende a assumir uma posição de subordinação, negando sua autonomia e se conectando a um ciclo de sofrimento internalizado, tal como Freud (1933/2010) articula.

Em Camille, podemos ver como esse masoquismo não se manifesta no sentido da busca pelo prazer, mas como uma resposta inevitável à violência sistêmica que a subjuga. Sua relação com o parceiro e as acusações que recebe, como “louca” e “barraqueira”, são parte do processo de desqualificação da mulher, um reflexo de uma estrutura de poder que visa mantê-la em uma posição subordinada. Isso se relaciona diretamente com a teoria de Lacan (1960/1998), que, ao discutir o masoquismo feminino, propõe que a mulher, ao assumir a posição do objeto de desejo do homem, é levada a ocupar um lugar subordinado que se articula com o falo e a fantasia masculina.

Contudo, Lacan (1960/1998) alerta para o risco de se entender o masoquismo feminino apenas como uma construção derivada do desejo masculino. O masoquismo, ao contrário, seria uma fantasia estruturante da mulher, que visa, paradoxalmente, sustentar sua subjetividade em



um cenário onde ela é vista como objeto do desejo masculino. Ao assumir o lugar do objeto “a” (o objeto do desejo do homem), a mulher não se coloca automaticamente em uma posição masoquista, mas sim em um espaço simbólico, onde sua identidade se constrói em relação ao Outro e ao desejo do Outro (o homem).

Ao investigar o masoquismo, Lacan (1962/2005) propôs que o sofrimento e a submissão não decorrem necessariamente de um desejo genuíno de dor, mas de uma fantasia ligada ao desejo do Outro, ou seja, ao olhar e às imposições externas que definem o lugar da mulher. Isso nos leva a considerar, à luz da teoria psicanalítica, que o masoquismo feminino não deve ser simplificarmente reduzido à passividade ou subordinação, mas sim compreendido como parte de uma estrutura psíquica complexa, intimamente ligada à posição da mulher no campo do par sexual, conforme Lacan sugere. O masoquismo, portanto, não é meramente uma aceitação do sofrimento, mas uma dinâmica psíquica que reflete a forma como o sujeito feminino se constitui dentro das relações de poder e desejo.

Essa compreensão se conecta diretamente à violência simbólica vivida por Camille, Pétala, Lonita e Verônica, mulheres que, em suas trajetórias de opressão e subordinação, são atraídas para um ciclo de sofrimento que ultrapassa a mera agressão física. Assim como o masoquismo, essas violências se estendem para além do corpo, permeando a subjetividade das mulheres, moldando suas identidades e sua relação com o Outro, enquanto são forçadas a ocupar posições psíquicas que reforçam sua subordinação e submissão.

O sofrimento vivido por Camille, Pétala, Lonita e Verônica não é uma escolha interna ou resposta passiva, mas sim uma resposta estruturada à violência simbólica imposta por uma sociedade patriarcal. Essas mulheres não buscam o sofrimento conscientemente, mas estão imersas em uma dinâmica de poder e subordinação, onde o gozo, conforme Lacan (1962/2005), se vincula ao desejo do Outro. Esse vínculo configura uma posição masoquista que ultrapassa os limites do prazer, adentrando o campo da violência simbólica.

A violência vivida por elas, portanto, se manifesta como um reflexo de uma estrutura de poder que submete a mulher a uma posição de passividade e controle, internalizada em suas fantasias e configurações psíquicas. Dessa forma, o sofrimento não é apenas um reflexo de suas condições externas, mas também de um mecanismo psíquico intrínseco, que envolve a



internalização das normas sociais e a luta inconsciente pela afirmação do desejo no campo do simbólico.

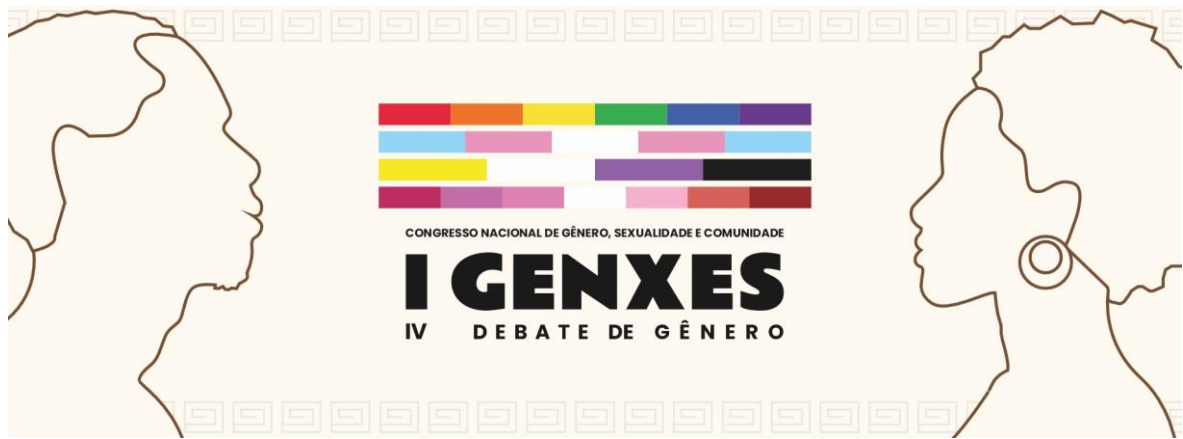
CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra o feminino na mulher não se encerra nos limites da agressão física ou do dado estatístico; ela se inscreve na tessitura mesma da linguagem, atravessa gerações, molda corpos e subjetividades, sustenta-se na repetição insidiosa do discurso patriarcal. Este estudo, ancorado na ética da escuta psicanalítica, revelou como a palavra pode operar tanto como marca da violência quanto como possibilidade de sua subversão. Se a subjetividade feminina, historicamente, foi silenciada, reduzida à posição de objeto, a urgência subjetiva emerge como um espaço onde a palavra pode, enfim, restituir algo do sujeito, abrindo brechas para a ressignificação da dor.

No percurso da pesquisa, tornou-se evidente que a violência não se encerra no ato, mas se desdobra em efeitos psíquicos que aprisionam a mulher em um lugar de suplência e repetição. O trauma não é apenas aquilo que aconteceu, mas o que retorna incessantemente, o que se inscreve sem significação e se impõe na cena da vida como um real sem nome. A escuta, nesse sentido, não se reduz ao acolhimento imediato, mas opera como uma possibilidade de torção da história, uma chance – ainda que tênue – de que o vivido possa ser narrado de outra forma.

A interseccionalidade, enquanto chave teórica fundamental, permitiu evidenciar que a violência de gênero não se dá de maneira homogênea: ela se entrelaça a atravessamentos raciais, sociais e políticos que acentuam desigualdades, produzindo modos distintos de subjugação do feminino. Assim, compreender a violência exige ir além do visível, do denunciável, do nomeável – exige lançar-se ao território do indizível, ao que resiste à simbolização, ao que, no feminino, escapa.

Dessa forma, este estudo reafirma o lugar da psicanálise como crítica do contemporâneo, como campo de produção de saber sobre aquilo que insiste e retorna na cultura. A urgência subjetiva, ao operar na fissura da repetição, não busca a reparação ingênua do trauma, mas a criação de um espaço em que a mulher possa, ainda que em meio às ruínas, reconstituir-se de outra maneira. Porque só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão – e só na travessia do indizível se pode, talvez, reinventar-se para além da cinza.



REFERÊNCIAS

CRENSHAW, Kimberlé. *Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*. University of Chicago Legal Forum, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FREUD, Sigmund. *Feminilidade*. In: FREUD, Sigmund. *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras Completas, v. 18).

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 10: A Angústia*. Tradução de Sérgio R. L. D. Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. (Original publicado em 1962).

LACAN, Jacques. *Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina*. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. (Original publicado em 1960).

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018. (Original publicado em 2003).

ONS, Silvia. *Tudo que você precisa saber sobre psicanálise*. Tradução de Sandra Martha Dolinsky. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónkẹ. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. (Original publicado em 1997).

PRECIADO, Paul B. *Um apartamento em Urano: crônicas da travessia*. Tradução de Maria Carolina Gonçalves. São Paulo: n-1 edições, 2021. (Original publicado em 2019).

CALAZANS, Rosane; BASTOS, Ana Cecília. Urgência subjetiva e clínica psicanalítica. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 11, n. 4, p. 640-652, dez. 2008.

AZEVEDO, Eduardo. Da pressa à urgência do sujeito: Psicanálise e urgência subjetiva. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 7, n. 13, p. 208-217, 2018.

IACONELLI, Vera. *Felicidade ordinária*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2024.